

Relatório de Execução Orçamental (RET)

3.º trimestre de 2025

Índice

Nota Introdutória

1. Demonstração de Resultados

2. Indicadores Operacionais

3. Demonstração da Posição Financeira

4. Investimento e Endividamento

5. Cumprimento de Obrigações Legais

6. Acrónimos e Fórmulas

7. Anexos

Fichas de Investimento

Parecer do Órgão de Fiscalização

Nota Introdutória

A proposta do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2025 foi objeto de despacho de aprovação pelo SETF de 17 de outubro de 2024 (Despacho n.º 625/2024-SETF) e despacho do MAEN de 24 de outubro de 2024 (Despacho N.º 66/MAEN/2024).

A monitorização, análise e cálculo do cumprimento dos princípios e orientações é realizada ao abrigo do disposto no DLEO de 2025 (DL 13-A/2025, de 10 de março). Com a aprovação do PAO 2025, a verificação do cumprimento é feita em relação ao PAO 2025.

A Sociedade considera o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) como uma componente das demonstrações financeiras de acordo com o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. Aplica o disposto no IFRIC 12 – Serviços de construção, no que concerne ao rédito e aos gastos da construção.

A unidade monetária escolhida para apresentação deste relatório é o milhar de euros. Os valores na análise efetuada são apresentados em milhões de euros, pelo que eventuais diferenças decorrem de arredondamentos.

1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

3.º trimestre de 2025

Demonstração de Resultados		2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
		1º T	2º T	3º T	4º T		9M		12 M
Venda de água	mil €	9	41	70		120	87	171	218
Prestação de Serviços: Saneamento	mil €	25 014	25 027	25 019		75 060	73 838	74 860	99 858
Rendimentos de construção em ativos concessionados	mil €	4 445	5 490	4 975		14 910	10 044	36 811	51 895
Desvio de recuperação de gastos	mil €	-3 804	-3 760	-1 480		-9 044	-8 140	5 725	7 635
Custo das vendas/variação inventários	mil €	-762	-1 270	-1 614		-3 645	-4 036	-4 453	-5 941
Gastos de construção em ativos concessionados	mil €	-4 445	-5 490	-4 975		-14 910	-10 044	-36 811	-51 895
Fornec. e serviços externos (excluindo Subcontratos)	mil €	-9 179	-9 490	-10 392		-29 062	-28 165	-35 516	-46 950
Gastos com pessoal	mil €	-4 001	-3 970	-4 153		-12 124	-11 891	-14 280	-19 065
Amortizações	mil €	-5 285	-5 284	-5 343		-15 912	-15 528	-19 097	-25 653
Imparidades de dívidas a receber	mil €	-	-	-0		-0	-	-	-
Provisões (aumentos/ reduções)	mil €	-	-	-		-	-	-	-
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mil €	-227	-234	-195		-656	-679	-680	-921
Subsídios ao Investimento	mil €	1 261	1 264	1 264		3 789	3 629	3 612	4 816
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mil €	4	1	-0		5	88	45	60
Resultados Operacionais	mil €	3 030	2 325	3 177	-	8 532	9 204	10 388	14 056
Gastos Financeiros	mil €	-1 043	-1 039	-816		-2 898	-3 344	-3 242	-4 429
Rendimentos Financeiros	mil €	233	158	118		509	1 072	189	189
Resultados Financeiros	mil €	-810	-881	-698	-	-2 389	-2 272	-3 053	-4 239
Resultados Antes de imposto	mil €	2 219	1 445	2 479	-	6 143	6 932	7 336	9 816
Imposto sobre o Rendimento	mil €	-492	-133	-691		-1 316	-1 733	-1 867	-2 493
Resultado Líquido do Exercício	mil €	1 727	1 312	1 788	-	4 827	5 200	5 469	7 323

Obs:

Estes indicadores refletem os valores acumulados dos 9 meses de cada trimestre. O valor acumulado do ano, para o período em análise, está refletido nas 3 últimas colunas antes da coluna "PAO 2024 - 12M".

Volume de Negócios

O pequeno desvio apresentado face ao PAO 2025 respeita à estimativa de volumes a fornecer a clientes privados e ao transporte de AR do Município de Caldas da Rainha. Face a 2024 a variação respeita maioritariamente à atualização tarifária.

Rendimentos/Gastos construção em ativos concessionados

É aplicado o disposto no IFRIC 12, no que concerne aos rendimentos e gastos da construção. O rendimento reconhecido concorre para a formação dos Rendimentos Operacionais enquanto os gastos, no mesmo valor, por não haver margem na construção uma vez que a atividade é subcontratada a entidades especializadas externas para as quais é transferido o risco e o retorno, concorre para os Gastos Operacionais.

Resultados Operacionais

Verifica-se um desvio face ao PAO de -18% nos RO de -1,9M€. Os gastos operacionais têm um desvio favorável de -12,6M€ face ao PAO, sendo que o DRG apresenta um desvio de -14,8M€.

Face ao período homólogo verifica-se também uma variação negativa de -7% nos RO de -0,7M€, verificando-se no entanto um aumento dos gastos operacionais de 1M€ face ao homólogo.

Resultados Financeiros

Resultados Financeiros com desvio favorável de 22% face ao estimado com destaque para maiores rendimentos financeiros com recebimento de juros do IGCP e do apoio de tesouraria concedido à AdP. Verificam-se também menores encargos com juros de locações financeiras relativos aos contratos de locação de viaturas.

Face ao período homólogo verifica-se um agravamento de 5% destacando-se menores rendimentos financeiros com recebimento de de juros do IGCP e do apoio de tesouraria concedido à AdP.

Resultado Líquido

O RL ascende a 4,8M€, correspondendo à remuneração garantida do capital investido, apurada com base na variação da taxa de OT a 10 anos no período, acrescida do prémio de risco de 3%, subtraído da correção efetuada ao DRG de 2024 no valor de 0,44M€.

O RL apresenta um desvio negativo de -12% face ao PAO resultante da variação da Taxa de OT real face à estimada em PAO. Face a 2024 verifica-se uma variação igualmente negativa em 7% resultado também da variação da taxa de OT.

2. INDICADORES OPERACIONAIS

3.º trimestre de 2025

FATURAÇÃO GLOBAL		2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
		1º T	2º T	3º T	4º T	9M		12 M	
	mil m³ / ton								
Volume de atividade (faturado)		46 202	46 324	46 532	-	139 058	138 318	138 960	185 339
Volume de atividade - abastecimento	mil m³	-	-	-	-	-	-	-	-
Volume de atividade - saneamento	mil m³	46 202	46 324	46 532	-	139 058	138 318	138 960	185 339
Volume de atividade - resíduos	ton	-	-	-	-	-	-	-	-
Volume de Negócios ¹	mil €	25 023	25 068	25 089	-	75 180	73 926	75 031	100 076
Volume negócios - abastecimento	mil €	-	-	-	-	-	-	-	-
Volume negócios - saneamento	mil €	25 023	25 068	25 089	-	75 180	73 926	75 031	100 076
Volume negócios - resíduos	mil €	-	-	-	-	-	-	-	-

¹ Não inclui: Desvio de recuperação de gastos nem Rendimentos da construção

FATURAÇÃO: Saneamento		2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
		1º T	2º T	3º T	4º T	9M		12 M	
Total de efluentes faturados (consolidado)	mil m³	46 202	46 324	46 532	-	139 058	138 318	138 960	185 339
Volume Alta (inclui venda à Baixa-vendas Internas)	mil m³	46 202	46 324	46 532	-	139 058	138 318	138 960	185 339
Total faturado (consolidado)	mil €	25 023	25 068	25 089	-	75 180	73 926	75 031	100 076
Faturação Alta (inclui venda à baixa-vendas internas)	mil €	25 023	25 068	25 089	-	75 180	73 926	75 031	100 076

Obs:

Volume de atividade de saneamento

O caudal de água residual faturado foi de 139 milhões de m³. Este caudal é formado pelo caudal resultante dos rendimentos tarifários aplicados aos clientes municipais, que têm uma tarifa implícita, acrescido do caudal medido e faturado aos restantes clientes do sistema.

No volume de atividade estão incluídos 0,69 milhões de m³ relativos à venda de água residual tratada.

O sistema da Tejo Atlântico abrange, quase na totalidade, 23 Municípios, situados na Grande Lisboa e Oeste. Os volumes mais significativos situam-se na Grande Lisboa, que representa 81% do total de atividade, com destaque para Lisboa, Sintra, Cascais, Oeiras, Amadora, Loures e Odivelas.

2. INDICADORES OPERACIONAIS (continuação)

3.º trimestre de 2025

GASTOS OPERACIONAIS		2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
		1º T	2º T	3º T	4º T		9M		12 M
Custo das vendas/variação inventários	mil €	-762	-1 270	-1 614	-	-3 645	-4 036	-4 453	-5 941
Fornec. e serviços externos (excluindo Subcontratos)	mil €	-9 179	-9 490	-10 392	-	-29 062	-28 165	-35 516	-46 950
Gastos com pessoal	mil €	-4 001	-3 970	-4 153	-	-12 124	-11 891	-14 280	-19 065

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

DESEMPENHO		2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
		1º T	2º T	3º T	4º T		9M		12 M
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes	mil €	6 833	6 085	4 657		17 575	17 344	4 663	6 421
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation	mil €	10 858	10 105	8 736		29 699	29 242	20 148	27 258
Margem EBITDA	%	43,4%	40,3%	34,8%		39,5%	40%	27%	27%

Obs:

Estes indicadores, ajustados, refletem os valores acumulados dos 3 meses de cada trimestre. O valor acumulado do ano, para o período em análise, está refletido nas 3 últimas colunas antes da coluna "PAO 2024 - 12M".

Gastos Operacionais

O **Gasto das Vendas** é maioritariamente composto pelo consumo de reagentes que ascendeu a 3,7M€, representando um desvio favorável de -18% face PAO e uma variação também favorável face ao homologo de -10%. Face ao PAO a estimativa mensal, quase uniforme, difere do real uma vez que no real o consumo de reagentes tem um comportamento diferente ao longo do ano, sendo maior de maio a outubro. Os desvios mensais de janeiro a abril eram em média de 50%, sendo que a partir de maio andam na ordem dos 7%. Verifica-se ainda em 2025, a diminuição do preço unitário de alguns reagentes, nomeadamente nos dois tipos de reagente com um maior valor de consumo, o Cloreto Férrico e os Floculantes. Face ao homologo embora se verifique um acréscimo de consumo de reagentes, é compensado pelo decréscimo do preço unitário verificado em alguns reagentes.

Os **FSE** incorridos, no valor de 29,1M€, apresentam uma diminuição de 6,5M€ (-18%) face ao PAO e um aumento de 0,9M€ (+3%) face ao homologo. Destaca-se face ao PAO menores gastos em C&R de Equipamento básico (-2,3M€), Outros Trabalhos Especializados (-1,3M€), C&R de Edifícios e outras construções (-1M€), Assistência informática (-0,8M€), Segurança no Trabalho (-0,6M€), Tratamento de Resíduos (-0,5M€) e Tratamento de Lamas (-0,4M€). Em sentido contrário verifica-se um aumento no gasto com eletricidade (+0,9M€).

Os **Gastos com Pessoal** no total de 12,1M€, apresentam uma diminuição de 2,2M€ para o orçamento (-15%) e um ligeiro aumento de 0,02M€ (+2%) para o homologo. Em PAO estava previstos mais 26 trabalhadores face ao real.

Os indicadores **EBIT** e **EBITDA** ajustados apresentam um desvio positivo face ao orçamento essencialmente pelo efeito gerado por menores gastos incorridos em FSE.

3. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (Balanço)

3.º trimestre de 2025

Demonstração da Posição Financeira		2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
		3M	6M	9M	12M		9M		12 M
Ativos não correntes	mil €	470 370	472 199	473 541	-	473 541	476 484	497 752	505 447
Ativo intangível	mil €	413 805	414 958	415 594		415 594	416 322	432 531	440 638
Ativo fixo tangível	mil €	1 153	1 066	966		966	511	2 257	2 288
Desvios de recuperação gastos	mil €	-	-	-		-	-	-	-
Ativos sob direito de uso	mil €	788	711	1 247		1 247	94	4 777	4 404
Propriedades de investimento	mil €	-	-	-		-	-	-	-
Outros ativos financeiros	mil €	24	24	24		24	33	33	33
Impostos diferidos ativos	mil €	54 601	55 440	55 710		55 710	59 523	58 154	58 084
Desvio tarifário Ativo	mil €	-	-	-		-	-	-	-
Clientes	mil €	-	-	-		-	-	-	-
Outros ativos não correntes	mil €	-	-	-		-	-	-	-
Ativos correntes	mil €	81 720	67 973	64 729		64 729	80 032	24 734	25 121
Ativos fin. ao justo valor rend.int.	mil €	-	-	-		-	-	-	-
Inventários	mil €	3 433	3 440	3 373		3 373	3 838	2 480	2 400
Clientes	mil €	17 790	17 263	14 626		14 626	14 704	19 019	19 304
Outras contas a receber	mil €	-	-	-		-	-	-	-
Outros ativos financeiros	mil €	-	-	-		-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	mil €	-	-	-		-	-	316	775
Empréstimos concedidos à AdP, SGPS	mil €	-	10 099	20		20	40 000	-	-
Outros ativos correntes	mil €	7 091	5 322	6 344		6 344	3 028	2 914	2 637
Caixa e seus equivalentes	mil €	53 406	31 850	40 367		40 367	18 461	5	5
Ativo total	mil €	552 090	540 172	538 270	-	538 270	556 516	522 486	530 568
Capital Social	mil €	113 528	113 528	113 528		113 528	113 528	113 528	113 528
Ações próprias	mil €	-2 521	-2 521	-2 521		-2 521	-2 521	-2 521	-
Reservas e outros ajustamentos	mil €	2 182	2 182	2 182		2 182	1 838	2 199	2 199
Resultados transitados	mil €	-	-	-		-	-	-	-
Resultado líquido	mil €	1 727	3 039	4 827		4 827	5 200	5 469	7 323
Capital Próprio	mil €	114 915	116 227	118 015	-	118 015	118 044	118 674	123 049
Passivos não Correntes	mil €	361 202	385 294	384 292	-	384 292	400 928	361 246	349 919
Provisões	mil €	143	143	143		143	431	861	857
Responsabilidade c/ Pensões	mil €	515	510	506		506	447	-	-
Acrés. Custos Investim. Contratual	mil €	101 392	102 151	102 911		102 911	107 039	99 869	99 001
Subsídios ao investimento	mil €	110 403	109 139	107 875		107 875	108 257	103 502	102 298
Financiamentos obtidos	mil €	112 672	133 662	131 313		131 313	147 817	131 669	125 496
Passivos da locação	mil €	285	314	867		867	66	3 721	2 565
Fornecedores e outros passivos não correntes	mil €	463	441	441		441	693	590	579
Imposto diferidos passivos	mil €	16 233	16 078	15 900		15 900	13 311	13 508	13 508
Desvio tarifário Passivo	mil €	19 096	22 856	24 336		24 336	22 867	7 525	5 615
Passivos Correntes	mil €	75 973	38 651	35 963	-	35 963	37 544	42 566	57 600
Financiamentos obtidos	mil €	43 958	16 893	17 147		17 147	16 700	16 931	17 204
Apoio de tesouraria da AdP SGPS	mil €	-	-	-		-	-	6 992	20 485
Passivos da locação	mil €	343	309	366		366	35	1 004	1 489
Fornecedores e outros passivos correntes	mil €	28 299	18 666	17 524		17 524	18 679	17 639	18 421
Imposto sobre o Rendimento do exercício	mil €	3 373	2 783	926		926	2 130	-	-
Passivo total	mil €	437 175	423 945	420 255	-	420 255	438 471	403 812	407 518
Ativo total - (Passivo total + Capital Próprio)	mil €	552 090	540 172	538 270	-	538 270	556 516	522 486	530 568
		-	-	-	-	-	-	0,00	0,00

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

Ativo

O **Ativo Total** no valor de 538,3M€ regista um aumento face ao orçamento em 15,8M€ (3%) e uma variação negativa 18,3M€ (-3%) face ao homólogo.

O ativo intangível apresenta um desvio negativo de -17M€ (-4%) face ao PAO, pelo o atraso na execução dos investimentos previstos em PAO.

Em Inventários verifica-se um desvio de +0,9M€ (+36%) uma vez que em orçamento é considerado um prazo médio de stocks de 150 dias que não se verifica na realidade no consumo de stocks para peças de manutenção.

A dívida de Clientes apresenta uma desvio favorável de 4,4M€ (-23%) face ao PAO, atendendo a que alguns municípios pagam a 30 dias sendo que no PAO está previsto o pagamento a 60 dias. Face ao ano anterior verifica-se uma redução da dívida de 0,1M€ (-1%).

O PMR de 48 dias apresenta uma redução de 12 dias face ao estimado no PAO e uma redução de 7 dias relativamente ao período homólogo.

Em Outros Ativos Correntes, no valor de 6,3M€, verifica-se um desvio negativo de -1M€ em Estado e Outros Entes Públicos relativo, essencialmente, a um menor valor de Iva a recuperar. Está também reconhecido no real o valor a receber do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, no âmbito do Programa CENTRO 2030, referente à candidatura da Empreitada de conceção-construção para remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos no valor de 4,1 M€ e um adiantamento de fornecedor de imobilizado de 0,47M€, que justifica maioritariamente o desvio positivo para o PAO e homólogo.

As Disponibilidades apresentam um desvio positivo de 40,4M€ face ao PAO, devido em grande parte a um menor volume de despesa face ao previsto, nomeadamente em FSE, e um menor volume de investimento. Acresce que no real estão também especializados cerca de 2M€ em gastos operacionais. Face ao período homólogo regista-se uma variação positiva de +21,9M€, sendo que tínhamos concedido no homólogo, um apoio de tesouraria à AdP no valor de 40M€.

Capital Próprio

No capital próprio está reconhecida a aplicação de resultados de 2024, deliberada em Assembleia Geral de março de 2025, que aprovou o aumento da Reserva Legal em 0,34M€ e a distribuição de Dividendos no valor de 6,5M€.

Passivo

Em **Fornecedores e Outros passivos correntes**, no valor de 17,5M€, verifica-se um ligeiro desvio favorável face ao PAO de -0,1M€. Destaca-se por um lado o desvio positivo de -4,6M€ em dívidas a fornecedores e por outro o desvio negativo de +2,1M€ relativos acréscimo de gastos da atividade operacional, +1,9M€ relativos à Componente Tarifária Acrescida (CTA) que no PAO se estimava pagar em setembro e +0,6M€ em EOEOP nomeadamente com a TRH a pagar. Face a 2024, verifica-se também uma variação favorável de -1,2M€. Registaram-se -0,9M€ com acréscimos de gastos da atividade operacional, -0,5M€ com o reconhecimento de gastos do Fundo Ambiental (AgIR). Em contrapartida registou-se um aumento da dívida a fornecedores de 0,8M€.

3. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (Indicadores)

3.º trimestre de 2025

DÍVIDA CLIENTES	2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
	3M	6M	9M	12M	9M		12 M	
Dívida de Clientes					1 229		46	
Dívida total (S/ ARDs)	mil €	17 790	17 223	14 626		14 626	14 580	19 019
Dívida vencida total	mil €	126	385	1 195		1 195	1 324	-
ARDs	mil €	-	-	-		-	-	-
Acordos de pagamento (Não ARDs)	mil €	-	-	-		-	2	-
Injunções	mil €	-	-	-		-	-	-

Obs:

DESEMPENHO	2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
	3M	6M	9M	12M	9M		12 M	
Dívida Financeira	mil €	155 862	150 234	147 914		147 914	163 717	155 593
Debt to equity	%	136%	129%	125%		125%	139%	131%
Net Debt - Endividamento líquido	mil €	102 468	108 290	107 546		107 546	105 260	155 588
Net Debt to EBITDA	valor	2,4	2,7	3,1		2,7	2,7	5,8

Obs:

O indicador EBITDA é, para cada período, extrapolado para valores anuais.No indicador Net Debt não são consideradas as Locações Financeiras

Dívida de Clientes

A dívida total de clientes, que ascende a 14,6M€, correspondendo 14,5M€ a dívida municipal.

Dívida Financeira

A dívida financeira respeita na íntegra ao financiamento BEI. No cálculo do endividamento previsto no PAO estão incluídos 0,33M€ relativos a juros.

O endividamento líquido regista um valor de 107,5M€, sendo composto pela dívida ao BEI (147,9M€) e dedução das Disponibilidades de 40,3M€ e pelos juros do Empréstimo Concedido à AdP no valor de 0,02M€.

Verifica-se melhoria dos indicadores Net Debt e Net Debt to EBITDA face ao orçamento.

4. INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO

3.º trimestre de 2025

INVESTIMENTO TOTAL		2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
		1º T	2º T	3º T	4º T	9M		12 M	
Investimento	mil €	4 465	5 513	5 026		15 004	10 172	37 609	52 800
Ativos intangíveis	mil €	116	176	324		617	334	10 483	12 342
Ativos fixos tangíveis	mil €	20	23	51		94	127	778	876
Investimento em curso	mil €	4 328	5 314	4 651		14 293	9 710	26 349	39 582
Investimento Alta	mil €	4 465	5 513	5 026	-	15 004	10 172	37 609	52 800
Investimento Baixa	mil €	-	-	-	-	-	-	-	-

Investimento incluídos em Fichas de Acompanhamento		2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
		1º T	2º T	3º T	4º T	9M		12 M	
Investimento	mil €	1 547	1 452	733	-	3 732	1 618	7 812	9 968
1	Conceção/Construção da Remodelação ETAR Arruda dos Vinhos	mil €	537	630	462	1 629	945	2 353	2 353
2	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções	mil €	243	301	271	815	38	1 685	2 246
3	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	mil €	-	-	-	-	-	1 176	2 059
4	Emissário do Jamor	mil €	-	-	-	-	-	1 385	1 692
5	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	mil €	767	521	-	1 288	636	1 213	1 617

Investimento com Expressão Material		2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
		1º T	2º T	3º T	4º T	9M		12 M	
Investimento	mil €	-	-	-	-	-	-	-	-

Obs:

		2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
		3M	6M	9M	12M	9M		12 M	
Endividamento	mil €	155 862	150 234	147 914	-	147 914	163 717	155 593	163 185
Médio e Longo Prazo	mil €	112 672	133 662	131 313	-	131 313	147 817	131 669	125 496
BEI	mil €	112 672	133 662	131 313		131 313	147 817	131 669	125 496
Banca Comercial	mil €					-	-	-	-
Holding	mil €					-	-	-	-
Locação Financeira *	mil €					-	-	-	-
Curto Prazo	mil €	43 190	16 572	16 601	-	16 601	15 899	23 923	37 689
BEI	mil €	43 190	16 572	16 601		16 601	15 899	16 931	17 204
Banca Comercial	mil €	-	-	-		-	-	-	-
Holding	mil €	-	-	-		-	-	6 992	20 485
Locação Financeira	mil €					-			

* Para o Financiamento apenas se considera a Locação Financeira relativa a entidades equiparadas a instituições financeiras, pelo que não inclui os contratos de AOV e licenças.

O Ativo intangível bruto, incluindo o investimento em curso tem o valor de 981,2M€.

Verifica-se um desvio de -22,6M€ de investimento total face ao previsto, dos quais -9M€ respeitam a empreitadas, -4M€ a outros trabalhos associados a empreitadas (fiscalização, estudos e projetos e assessorias) e -9,6M€ de aquisições diretas para imobilizado firme. Verificou-se na generalidade um atraso no lançamento dos processos de contratação, sendo que no caso das empreitadas acresce o facto de haver procedimentos que ficam desertos o que obriga ao relançamento dos concursos de contratação.

Empreitada de Arruda dos Vinhos e das Reparações gerais de construção civil em curso, com prorrogações de prazo aprovadas.

Empreitada da Foz do Lizandro em curso mas com atraso, tendo sido ajustado o plano de trabalhos por forma a não comprometer o prazo de execução.

Contrato da Empreitada da FA de Torres Vedras assinado em abril, tendo obtido o visto de Tribunal de Contas em setembro. Estima-se que seja seja consignada apenas em 2026 tendo em conta que é uma conceção/construção.

Foi revogado o contrato da Empreitada do Jamor. Será lançado novo procedimento de contratação.

O Endividamento é integralmente suportado por financiamento do BEI.

5. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

3.º trimestre de 2025

Prazo Médio Pagamento (conforme art.º 27 DLEO 13-A/2025)		2025				2025	2024	PAO 2025
		3M	6M	9M	12M	9M	9M	
PMP - Prazo Médio de Pagamentos	dias	27	28	29		29	29	30

Conforme RCM n.º34/2008 - Média móvel a 12 meses
O PMP do período (29 dias) supera a disposição legal, uma vez que se situa no intervalo de superação (<30d).

Taxa de Inflação	2025 1T	2025 2T	2025 3T	2025 4T
Taxa de crescimento do IPC sem habitação	%	2,25%	2,15%	2,28%

Fonte: INE

Indicadores e Gastos Operacionais (conforme art.º 140 DLEO 13-A/2025)		2025				2024	PAO 2025	2024	PAO 2025
		3M	6M	9M	12M		9M		Objetivo Anual 12 M
(1) GASTOS OPERACIONAIS = (2) + (3) + (4)	mil €	13 942	28 672	44 831	-	44 092	54 248	60 020	71 956
(2) CMVMC (DR)	mil €	762	2 031	3 645		4 036	4 453	5 061	5 941
(3) FSE's (DR)	mil €	9 179	18 669	29 062		28 165	35 516	38 861	46 950
(4) PESSOAL (DR)	mil €	4 001	7 972	12 124		11 891	14 280	16 097	19 065
(5) AJUSTAMENTOS DECORRENTES DO PAO APROVADO	mil €	-	-	-					
(6) GASTOS OPERACIONAIS AJUSTADOS = (1) + (5)	mil €	13 942	28 672	44 831	-	44 092	54 248	60 020	71 956
(7) EFEITO EM PESSOAL (para efeitos do artigo 134)		5	-387	-562		-356	-688	-467	-917
i) Gastos relativos a Órgãos Sociais	mil €	-121	-267	-383		-356	-	-467	-
ii) Impacto do cumprimento de imposições legais	mil €	-	-349	-523	-	-	-688	-	-917
iii) Outros efeitos em gastos com pessoal	mil €	-	-	-	-	-	-	-	-
iv) Impacto do absentismo	mil €	126	228	344			-	-	-
v) Indemnizações por rescisão não incluindo por mútuo acordo	mil €	-	-	-			-	-	-
(8) INDEMNIZAÇÕES POR MÚTUA ACORDO	mil €	-	-	-			-	-	-
(9) EFEITO DE FATORES EXTRAORDINÁRIOS COM IMPACTO OPERACIONAL	mil €	-4	-118	-235	-	-	-270	-	-1 170
(10) EFEITO DE OUTROS FATORES OPERACIONAIS COM IMPACTO (ASSEGURA COMPARABILIDADE)		-	-	-	-	-	-153	-	-204

INDICADORES DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS RELATIVOS A GASTOS OPERACIONAIS

GO/VN (11)/(12) ^(a)	%	55,70%	56,31%	58,62%		59,71%	70,82%	60,90%	69,61%
(11) Gastos Operacionais ^(b) = (6) + (ii) + (9) + (10)	mil €	13 939	28 205	44 073	-	44 092	53 137	60 020	69 665
(12) Volume de Negócios (Vendas + Prestações de Serviços)= (VN)	mil €	25 023	50 091	75 180	-	73 838	75 031	98 556	100 076
(13) Gastos Operacionais ^(b) = (6) + (7) + (8) + (9) + (10)	mil €	13 944	28 167	44 034	-	43 736	53 137	59 552	69 665
(14) Gastos Operacionais (corrigido do IPC s/ habitação) ^(b) = (13)*(1-IPC sem habitação)	mil €	13 630	27 561	43 030					
Variação GO	%					-1,6%	-19,0%		

a) Calculado de acordo com o n.º1 e n.º3 do artigo 140 do DL n.º 13-A/2025, de 10 de março;

b) Conforme n.º 4 e n.º 5 do artigo 140 do DL n.º13-A/2025, de 10 de março. Gastos Operacionais a preços constantes de 2024.

Pressupostos de análise:

A monitorização, análise e cálculo do cumprimento dos princípios e orientações orçamentais é realizada ao abrigo do disposto no DLEO para 2025 (DL 13-A/2025, de 10 de março).

O valor de Pessoal inclui os gastos com capitalizações, por forma a ser comparável com o valor constante do relatório da UTAM sobre o qual recaiu o despacho do SETF de 17 de outubro de 2024, Despacho n.º 625/2024-SETF.

Gastos Operacionais:

A análise é feita ao abrigo do n.º 4 e n.º 5 do artigo 140 do DLEO 2025.

GO/VN

A análise é feita ao abrigo do n.º1 e n.º 3 do artigo 140 do DLEO 2025.

ENDIVIDAMENTO

A análise é feita ao abrigo do art.º141.

Por uma questão apenas de monitorização mantém-se alguns indicadores operacionais relativos aos colaboradores.

Indicador GO/VN

Verifica-se tendência para o cumprimento do indicador.

Indicador Gastos Operacionais (corrigido do IPC s/ habitação)

Verifica-se tendência para o cumprimento do indicador

5. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS (continuação)

3.º trimestre de 2025

Endividamento (conforme art.º 141 DLEO 13-A/2025)		2025				2024	PAO 2025	2024	PAO 2025
		3M	6M	9M	12M	9M		Objetivo Anual 12 M	
Endividamento	mil €	155 862	150 234	147 914	0	163 717	155 593	158 183	163 185
Taxa de Crescimento de Endividamento (DLEO)	%	-0,9%	-2,9%	-3,8%		-3,4%	-1,1%	-5,3%	1,6%

O rácio de endividamento trimestral é calculado com base no comparativo do real a dezembro de 2024. O rácio de endividamento de 2024 é calculado com base no real a dezembro de 2023.
O rácio de endividamento do PAO 2025 é calculado com base na estimativa de fecho de 2024.

Nº de colaboradores		2025				2024	PAO 2025	2024	PAO 2025
		3M	6M	9M	12M	9M		Objetivo Anual 12 M	
Recursos Humanos	nº	423	440	447	-	427	473	424	473
Pessoal	nº	413	430	437		417	463	414	463
Órgãos Sociais	nº	10	10	10		10	10	10	10
Contratos Suspensos	nº	3	3	3		3	-	3	-

Endividamento

De acordo com o artigo 53.º da LOE o endividamento fica limitado ao crescimento de 2%.
A variação do Endividamento regista uma diminuição de 3,8% estando em cumprimento do DLEO.

Recursos Humanos

A setembro, o total de colaboradores (447) situa-se abaixo do previsto em orçamento, sendo que no final do ano não podem exceder as 473.

6. ACRÓNIMOS e FÓRMULAS

Acrónimos	Descrição
Gerais	
ACT	Acordo Coletivo de trabalho
AdP	Águas de Portugal
AdTA	Águas do Tejo Atlântico
BEI	Banco Europeu de Investimentos
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
FSE	Fornecimento e Serviços Externos
IEIPG	Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão
LOE	Lei de Orçamento de Estado
NSE	Níveis de Serviços Estabelecidos
OT	Obrigações do Tesouro
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
SET	Secretaria de Estado do Tesouro
SMM	Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento
VN	Volume de Negócios
Indicadores	
DRG	Desvio de Recuperação de Gastos
EBIT(DA)	Earning Before Interest and Taxes (Depreciations and Amortizations)
FA	Fundo Ambiental
GO	Gastos Operacionais
IFRIC12	Internacional Financial Reporting Interpretations Committee
OT	Obrigações do Tesouro (a 10 anos)
POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
VN	Volume de Negócios
Unidades	
M€	Milhões de Euros
m€	Milhares de Euros
€	Euros
3M, 6M, 9M e 12M	Valores Acumulados do 1º trimestre, 2º trimestre, 3º trimestre e 4º trimestre, respetivamente
FÓRMULAS	
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Ativo Total
Debt to Equity	Dívida Financeira / Capital Próprio
EBIT	Resultado Operacional - Desvio de recuperação de gastos
EBITDA	Resultado Operacional + Amortizações, provisões e perdas por imparidade - Subsídios ao investimento - Desvio de recuperação de gastos
Fundo de Maneio	Ativos Correntes / Passivos Correntes
Liquidez Geral	Ativos Correntes / Passivos Correntes
Margem EBITDA	EBITDA / Volume de Negócios
Net Debt	Dívida Financeira - Disponibilidades
Net Debt to EBITDA	Net Debt / EBITDA
Variação do Endividamento	$\frac{[Financiamento Remunerado_N - Financiamento Remunerado_{N-1}] + [Capital Social_N - Capital Social_{N-1}]}{[Fundo de Remuneração_{N-1} + Capital Social_{N-1}]}$
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços

7. ANEXOS

Fichas individuais de acompanhamento do investimento

- Conceção/Construção da Remodelação ETAR Arruda dos Vinhos
- Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções
- Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras
- Emissário do Jamor
- Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA:

XXXXX

- introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

set/25

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

jul/24

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

4 823

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

3 133

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

65%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

-1

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

7

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

6

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

As ligações às 3 estações elevatórias estão executadas, e a antiga obra de entrada foi demolida, encontrando-se as descargas a ser feitas diretamente no tanque de equalização existente.

A construção civil do espessador de lamas encontra-se concluída, aguardando entrega dos equipamentos.

O posto de transformação encontra-se no local e em instalação. Os quadros elétricos e restantes equipamentos de maior relevância serão entregues durante o mês de outubro.

A execução da rede de tubagens enterradas está a decorrer, permitindo o início do pré-tratamento até ao final do ano, uma vez que o SBR se encontra pronto a entrar em funcionamento.

O Edifício Técnico está em fase de conclusão da construção civil, com alguma da mecânica já executada

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Aprovada a candidatura ao Programa Portugal 2030 (Centro 2030)

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

4 100

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a *data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16")*.

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

set/25

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

set/24

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

4 710

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

1%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

1 435

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

30%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

5

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

5

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Encontram-se concluídos os troços: Conduta elevatória de Montesouros (instalação da tubagem), Intercetor Mafra-Carvoeira Jusante – CV22 a CV79, Intercetor Mafra-Carvoeira Montante – CV20 a CV48 e Emissário de Almada.

Estão ainda em execução os troços: Intercetor Mafra-Carvoeira Jusante – CV22 para montante, Intercetor Mafra-Carvoeira Montante – CV20 para montante.

Quanto à Estação Elevatória, estão em curso os trabalhos de escavação.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Complicação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a complicação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

set/25

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

ago/25

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.
Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.
Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

5 584

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.
Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

12%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.
Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

2

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.
Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

3

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.
A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

5

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Assinatura de contrato da empreitada a 10 de abril de 2025. Foi concedido o visto do tribunal de contas a dia 10 de setembro de 2025, tendo sido o mesmo comunicado ao empreiteiro no dia 19 de setembro de 2025.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.
Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.
Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA:

XXXXX

 - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Emissário do Jamor

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

set/25

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Contrato revogado, havendo necessidade de iniciar novo procedimento de contratação.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral. Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento 30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência set/25

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo jul/24

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra 3 100 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data 3 097 (milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra 100%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado -1 (meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado -7 (meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado -8 (meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

A empreitada encontra-se atualmente na fase de fecho documental, tendo sido fisicamente concluída no mês de junho de 2025.

Principais trabalhos executados:

- Reforço estrutural da laje de topo do Reator Biológico - ETAR Vila Franca de Xira;
- Substituição de Coletor Gravítico da Aboboreira entre a CV5028107 e a CV 5028080;
- Reabilitação das etapas de desarenamento, espessamento e circuito de escorrências da ETAR do Carregado;
- Compartimentação de área de armazém do edifício das oficinas da ETAR de Beirolas;
- Beneficiação dos troços de alimentação a todos os Multiflo na ETAR de Alcântara;
- Reabilitação da rede de abastecimento de Hipoclorito entre o recinto novo e o antigo da ETAR da Guia - Fase Líquida;
- Reparação do Muro de gabião - Emissário Loures FRIEM170840;
- Substituição de acessórios de tampas estanques existentes das Câmaras de Controlo de Caudal do EM Terreiro do Paço – Alcântara;
- Substituição de tubagem de lamas da Guia Fase Líquida;
- Diversos trabalhos de piquete nas redes de drenagem e edificados.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária (milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

**Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o
Relatório de Execução Orçamental referente
ao 3.º Trimestre de 2025**

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE O RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Ao Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Introdução

Conforme requerido procedemos à execução de um conjunto de procedimentos tendo em vista a análise do Relatório de Execução Orçamental (RET) referente ao 3º Trimestre de 2025 da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (“AdTA” ou “Entidade”) (“relatório de execução orçamental”), o qual inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental e financeira comparativa ao nível da demonstração de resultados e da demonstração da posição financeira, (ii) a análise dos indicadores de investimento e endividamento e (iii) a análise ao cumprimento das obrigações legais.

Este documento é emitido a pedido e para informação do Conselho de Administração da Entidade e apresentação à Entidade do Tesouro e Finanças (“ETF”), atendendo aos requisitos legais aplicáveis, pelo que não deve ser utilizado para qualquer outra finalidade.

Responsabilidades do Conselho de Administração da Entidade

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade:

- a elaboração do relatório de execução orçamental nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- a preparação da informação financeira e operacional incluída no relatório de execução orçamental e a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para possibilitar a preparação da informação financeira e operacional incluída no relatório de execução orçamental; e
- a disponibilização e prestação de toda a informação e documentação considerada relevante para a realização do nosso trabalho.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade consiste em realizar os procedimentos enumerados abaixo e elaborar um relatório relativo à nossa análise sobre o relatório de execução orçamental, com vista à identificação de eventuais situações que, de um ponto de vista contabilístico, entendemos dever realçar.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Procedimentos executados e resultados do trabalho efetuado

Para a elaboração do presente Relatório, efetuámos os seguintes procedimentos:

- i) Obtivemos o relatório de execução orçamental referente ao 3º Trimestre de 2025;
- ii) Verificámos se a informação financeira considerada na demonstração dos resultados, na demonstração da posição financeira, nos mapas de investimento e endividamento e nos mapas de cumprimento de obrigações legais, incluídos no relatório de execução orçamental, é concordante com os registos contabilísticos da Entidade para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025;
- iii) Verificámos se os valores referentes ao Orçamento do 3º Trimestre de 2025 são concordantes com os do Plano de Atividades e Orçamento para 2025 (“PAO 2025”), aprovado em 17 de outubro de 2024 pela Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças e em 24 de outubro de 2024 pelo Ministério do Ambiente e Energia;
- iv) Efetuámos testes aritméticos às variações e graus de execução apresentados;
- v) Efetuámos procedimentos analíticos de revisão;
- vi) Indagámos junto dos responsáveis da Entidade sobre a evolução da informação financeira, principais rácios e sobre os graus de execução verificados no 3º Trimestre de 2025 e obtivemos as atas das reuniões realizadas pelo Conselho de Administração;
- vii) Verificámos se as justificações para as principais variações incluídas no relatório de execução orçamental são concordantes com o entendimento obtido durante a realização dos procedimentos acima descritos;
- viii) Observámos se a situação contributiva da Entidade estava regularizada e se não existiram comunicações e inspeções fiscais durante o período;
- ix) Analisámos os requisitos legais aplicáveis relacionados com a execução orçamental relativa ao 3º Trimestre de 2025, no que se refere, nomeadamente, aos seguintes aspetos:
 - a. Deveres de informação previstos no n.º 2 do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025;
 - b. Plano de contratação de trabalhadores previsto no artigo 138º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025;
 - c. Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no artigo 140º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025;
 - d. Limite de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado previsto no artigo 53º da Lei n.º 45-A/2024;
 - e. Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 13º da Lei n.º 45-A/2024; e
 - f. Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho 9870/2009.

Face aos procedimentos executados, apresentamos os nossos resultados:

- O montante de investimento total realizado no 3.º Trimestre de 2025 ficou abaixo do previsto no orçamento, representando uma taxa de realização de 40% face ao planeado para o mesmo período. Esta situação é, essencialmente, justificada por atrasos nos processos de contratação, sendo que no caso das empreitadas acresce o facto de haver procedimentos que ficam desertos o que obriga ao relançamento dos concursos de contratação;
- O prazo médio de pagamentos (PMP) a fornecedores no 3.º Trimestre de 2025 situa-se nos 29 dias, apresentando-se inferior ao previsto no PAO 2025 e dos termos da RCM n.º 34/2008 e do Despacho 9870/2009;
- O rácio de gastos operacionais pelo volume de negócios ("GO/VN") apresenta uma percentagem de 58,62% no 3.º Trimestre de 2025, abaixo do limite previsto no PAO 2025 (70,82%), e inferior ao rácio em 2024 (59,71%) para o mesmo período;
- Os gastos com pessoal apresentaram uma redução face ao orçamento em 14,96% e um aumento de 2,33 % face ao ano de referência. A redução dos gastos com pessoal face ao orçamentado decorre do número de colaboradores ser inferior ao previsto;
- Os gastos com fornecimentos e serviços externos apresentam uma redução face ao orçamento em 16,65 % e um aumento de 3,02% face ao ano de referência. A redução dos gastos com fornecimentos e serviços externos face ao orçamento decorre, essencialmente, de atrasos no arranque dos projetos de manutenção e conservação.

Os procedimentos que executámos não constituem um trabalho de auditoria ou de garantia de fiabilidade. Consequentemente, não expressamos uma opinião ou conclusão de garantia de fiabilidade, sendo apenas reportado os resultados dos procedimentos realizados.

Lisboa, 27 de novembro de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106

Anexos:

“Relatório de Execução Orçamental (RET) - 3.º Trimestre 2025”

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2025 DA
ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.

1 INTRODUÇÃO

- 1.1 O Conselho Fiscal (CF) da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA ou Entidade), apresenta o seu relatório de conclusões, referente à análise do Relatório de Execução Orçamental do terceiro trimestre de 2025 (doravante designado por REO 3T 25).
- 1.2 A cronologia da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2025 (“PAO 2025”) e seus respetivos pareceres/aprovações, foi a seguinte:

PAO 2025	Aprovações/Pareceres	Data
	Aprovação do Conselho de Administração	19/09/2024
	Parecer do Revisor Oficial de Contas	19/09/2024
	Parecer do Conselho Fiscal	20/09/2024
	Aprovado pela Secretaria do Estado Tesouro e Finanças	17/10/2024
	Aprovado pelo Ministério do Ambiente e Energia	24/10/2024
	Aprovado em AG pelos Acionistas	18/03/2025

2 RESPONSABILIDADES

- 2.1 Nos termos do disposto no artigo 25.º, nos 2 e 3 e ao abrigo do artigo 44.º, n.º 1, alínea i) do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (“RJSPE”), é da responsabilidade dos titulares dos órgãos de Administração das empresas públicas, a preparação dos REO trimestrais por forma a especificar e divulgar o nível de execução orçamental, incluindo o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as operações financeiras contratadas.
- 2.2 A nossa responsabilidade, no âmbito dos mesmos diplomas, é proceder à análise da informação financeira incluída no REO 3T 25 e emitir um relatório de conclusões. Para o efeito, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da AdTA ao longo do terceiro trimestre de 2025, através (i) da leitura das atas das reuniões da Comissão Executiva, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, (ii) análise da informação facultada pelo controlo de gestão, (iii) do contacto/reuniões e informação trocada com os membros da Comissão Executiva, com os serviços administrativos e com o Revisor Oficial de Contas e (iv) da análise do conteúdo do “Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o Relatório de Execução Orçamental para o terceiro trimestre de 2025”, emitido pelo ROC da AdTA em 27 de novembro de 2025.

3 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3.1 O REO 3T 25, apresenta os seguintes desvios entre os valores reais (a execução) e os orçamentados (previstos) para o mesmo período, na Demonstração da Posição Financeira (“Balanço”) e na Demonstração de Resultados:

RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA:

<u>Em mEuros</u>	3º trimestre de 2025 (Acumulado)				Desvio absoluto
Demonstração da Posição financeira	Real	%	PAO 2025	%	
Ativo não corrente	473 541	88%	497 752	95%	(24 211)
Ativo corrente	64 729	12%	24 734	5%	39 995
Total do ativo	538 270	100%	522 486	100%	15 784
Capitais próprios	118 016	22%	118 675	23%	(659)
Passivo não corrente	384 292	71%	361 246	69%	23 046
Passivo corrente	35 962	7%	42 565	8%	(6 603)
Total do passivo	420 254	78%	403 811	77%	16 443
Total dos capitais próprios e passivo	538 270	100%	522 486	100%	15 784
Rácio de liquidez corrente	1,8		0,6		1,2
Rácio de autonomia financeira (inclui no denominador CP+Subsídios)	42%		43%		(1) p.p

Nota: Na explicação dos desvios abaixo, o Conselho Fiscal utiliza a designação “positivo” e “negativo”, atendendo ao sinal que figura na coluna “Desvio absoluto”, pelo que ignora o conceito do valor patrimonial para a Entidade, contido nas rubricas do ativo, dos capitais próprios e do passivo.

3.1.1 O **ativo não corrente** executado pela Entidade, no terceiro trimestre de 2025, face ao previsto, apresenta um desvio negativo de cerca de 24,2 milhões euros, conforme o seguinte detalhe:

<u>Em mEuros</u>	3º trimestre de 2025 (Acumulado)		Desvio absoluto
Rubricas do "Ativo não corrente"	Real	PAO 2025	
Ativos intangíveis	415 594	432 531	(16 937)
Ativos sob o direito de uso	1 247	4 777	(3 530)
Impostos diferidos	55 710	58 154	(2 444)
Ativos fixos tangíveis	966	2 257	(1 291)
Outros	24	33	(9)
Total do ativo não corrente	473 541	497 752	(24 211)

- a) Ativos intangíveis e ativos fixos tangíveis: A variação negativa observada nestas duas rubricas (redução global de aproximadamente 18,2 milhões de euros), acompanha a convergência da redução do investimento executado, face ao previsto, conforme se demonstra no mapa seguinte:

Em mEuros

Investimento	3º trimestre de 2025 (Acumulado)		Investimento por efetuar face ao orçamento	Peso % do investimento real no PAO de 2025
	Real	PAO 2025		
Ativos intangíveis	617	10 483	9 866	6%
Ativos fixos tangíveis	94	777	683	12%
Investimentos em curso	14 293	26 349	12 056	54%
Totais	15 004	37 609	22 605	40%

Constata-se que, somente 40% do investimento previsto foi executado. Este facto deve-se, essencialmente, a dificuldades inerentes aos atrasos no lançamento dos procedimentos, o que resulta do adiamento da sua execução para períodos posteriores, e da existência de sucessivos concursos que ficam “desertos”.

- b) Ativos sob o direito de uso: Nesta rubrica verifica-se uma redução de aproximadamente 3,5 milhões de euros face ao previsto. Esta redução, face ao previsto, deve-se à diminuição na aquisição de ativos sujeitos ao tratamento contabilístico da IFRS 16 (ver nota 3.1.3 d)).
- c) Impostos diferidos: Para além do normal comportamento dos factos relacionados com o tratamento fiscal das diferenças temporárias, os desvios ocorridos nesta rubrica, quer no ativo não corrente, quer no passivo não corrente (nota 3.1.3 e)), resultam de ajustamentos efetuados às bases de calculo, que foram registadas na contabilidade em dezembro de 2024, cujo efeitos se prolongam na execução do ano de 2025, e que não foram incluídos no PAO de 2025, pois este foi elaborado e aprovado pela tutela em setembro de 2024 e outubro de 2024, respetivamente.

3.1.2 O **ativo corrente** executado pela Entidade, no terceiro trimestre de 2025, face ao previsto, apresenta um desvio positivo de cerca de 40 milhões euros, conforme o seguinte detalhe:

Em mEuros

Rubricas do "Ativo corrente"	3º trimestre de 2025 (Acumulado)		Desvio absoluto
	Real	PAO 2025	
Caixa e seus equivalentes	40 367	5	40 362
Clientes	14 626	19 019	(4 393)
Outros ativos correntes	6 344	2 914	3 430
Inventários	3 373	2 480	893
Outros	19	316	(297)
Total do ativo corrente	64 729	24 734	39 995

- a) Caixa e seus equivalentes: O aumento desta rubrica, face ao previsto, essencialmente, está relacionado com a redução efetiva das despesas suportados com FSE, gastos com pessoal e com o investimento.
- b) Clientes: A redução desta rubrica, face ao previsto, resulta essencialmente do facto de estar a ser utilizado no PAO 2025 um prazo médio de recebimento de 60 dias, quando alguns municípios na execução estarem a efetuar os seus pagamentos a 30 dias.
- c) Outros ativos correntes: As principais razões para o aumento desta rubrica são as seguintes:
- O Estado e Outros Entes Públicos, que faz parte desta rubrica, apresenta-se reduzido face ao previsto em cerca de 1 milhão de euros, em consequência de um menor IVA a recuperar; e,
 - Esta rubrica na execução apresenta um montante de 4,1 milhões de euros, relativo a valores a receber no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, programa “Centro 2030”, facto que não foi incluído no orçamento (ver nota 3.1.3 b. abaixo).

3.1.3 O **passivo não corrente** executado pela Entidade no terceiro trimestre de 2025, face ao previsto, apresenta um desvio positivo de cerca de 23 milhões de euros, devido, nomeadamente, às seguintes variações:

Em mEuros

Rubricas do "Passivo não corrente"	3º trimestre de 2025 (Acumulado)		Desvio absoluto
	Real	PAO 2025	
Desvio tarifário passivo (superavit)	24 336	7 525	16 811
Subsídios ao investimento	107 875	103 502	4 373
Acréscimos de custos de investimento contratual	102 911	99 869	3 042
Passivos de locação	867	3 721	(2 854)
Impostos diferidos	15 900	13 508	2 392
Financiamentos obtidos	131 313	131 669	(356)
Outros	1 090	1 452	(362)
Total do passivo não corrente	384 292	361 246	23 046

- a) Desvio tarifário passivo (superavit): a variação positiva, resulta de uma redução dos gastos operacionais executados no terceiro trimestre de 2025, face ao previsto, tais como (por ordem de variação): FSE, Amortizações, Gastos com pessoal e Custo das vendas / variação de inventário.
- b) Subsídios ao investimento: ver nota 3.1.2 c) acima.
- c) Acréscimos de custo de investimento contratual: Esta variação, face ao previsto, resulta da redução do investimento (em ativos intangíveis) considerado concluído e sujeito a amortização acumulada, isto é, as amortizações acumuladas do ativo intangível tendem a ser inferiores aos montantes previstos, razão pela qual, esta rubrica aumenta face à sua estimativa.
- d) Passivos de locação: Ver nota 3.1.1 b) acima.
- e) Impostos diferidos: Ver nota 3.1.1 c) acima.

3.1.4 O **passivo corrente** executado pela Entidade no segundo trimestre de 2025, face ao previsto, apresenta um desvio negativo de cerca de 6,6 milhões de euros, devido, nomeadamente, às seguintes variações:

Em mEuros

Rubricas do "Passivo corrente"	3º trimestre de 2025 (Acumulado)		Desvio absoluto
	Real	PAO 2025	
Apoio de tesouraria da AdP SGPS		6 992	(6 992)
Imposto sobre o rendimento	926		926
Financiamentos obtidos	17 147	16 931	216
Fornecedores e outros passivos correntes	17 524	17 639	(115)
Outros	365	1 003	(638)
Total do passivo corrente	35 962	42 565	(6 603)

Como se verifica pela leitura do quadro acima, a principal variação face ao orçamento foi na rubrica “Apoio de tesouraria da AdP SGPS”, pelo facto de não ter sido concretizado este apoio.

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

<i>Em mEuros</i>	3º trimestre de 2025 (Acumulado)		Desvio absoluto
Demonstração dos resultados	Real	PAO 2025	
Venda de água e prestação de serviços saneamento	75 180	75 031	149
Rédito dos serviços de construção (IFRIC 12)	14 910	36 811	(21 901)
Défice / (Superavit) tarifário	(9 044)	5 725	(14 769)
Custo das vendas / variação de inventário	(3 645)	(4 453)	808
Gastos dos serviços de construção (IFRIC 12)	(14 910)	(36 811)	21 901
Fornecimento e serviços externos	(29 062)	(35 516)	6 454
Gastos com pessoal	(12 124)	(14 280)	2 156
Amortizações	(15 912)	(19 097)	3 185
Outros gastos e perdas operacionais	(656)	(680)	24
Subsídios ao investimento	3 789	3 612	177
Outros rendimentos e ganhos operacionais	6	47	(41)
Resultados operacionais	8 532	10 389	(1 857)
Resultados financeiros	(2 389)	(3 053)	664
Impostos	(1 316)	(1 867)	551
Resultado líquido do período	4 827	5 469	(642)
EBITDA ajustado = RO + DRG + PROV + AMORT - SUBS	29 699	20 149	9 550
Rendimentos operacionais	78 975	78 690	285
Gastos operacionais	(61 399)	(74 026)	12 627
Resultados operacionais sem desvio tarifário	17 576	4 664	12 912
Desvio tarifário	(9 044)	5 725	(14 769)
Resultados operacionais com desvio tarifário	8 532	10 389	(1 857)

Os “**Rendimentos operacionais**” executados no terceiro trimestre de 2025, de certa forma, encontram-se em linha com o orçamento (um desvio positivo de 285 mil euros).

Quanto aos “**Gastos operacionais**” executados no terceiro trimestre de 2025 (61,3 milhões de euros), apresentam um desvio favorável para a Entidade, no montante de 12,6 milhões de euros, tendo em conta a comparação com o respetivo montante previsto (74 milhões de euros). Note que, os gastos operacionais incluem (quando aplicável): Custo das vendas/variação de inventários, FSE, Gastos com pessoal, Amortizações, Provisões, Imparidades e Outros gastos operacionais. Para este resultado favorável constata-se a relevante contribuição da redução dos gastos suportados com, "FSE", "Amortizações", “Gastos com pessoal” e Custos das vendas / Variação de inventário, os quais em conjunto, explicam a maior parte do referido desvio, além de que, contribuem de forma significativa para explicar a variação ocorrida no desvio tarifário (superavit) executado no terceiro trimestre de 2025, face ao previsto (desvio favorável de 14,7 milhões de euros).

4 ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

O REO 3T 25 divulga a evolução das seguintes orientações legais:

4.1 Rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (PRC)

Em MEur			
Eficiência operacional	3º trimestre de 2025 (Acumulado)		Desvio absoluto
	Real	PAO 2025	
PRC % (a): (i)/(ii)	58,6%	70,8%	(12,2) p.p
i) GASTOS OPERACIONAIS PARA EFEITOS DE PRC	44 073	53 138	(9 065)
Custo das vendas / variação de inventário DR	3 645	4 453	(808)
Fornecimento e serviços externos (FSE) DR	29 062	35 516	(6 454)
Gastos com pessoal (GCP) DR	12 124	14 280	(2 156)
Ajustamentos (Impos. Legais/Ef. Extraordinários/Comparabilidade)	(758)	(1 111)	353
ii) VOLUME DE NEGÓCIOS:	75 180	75 031	149

(a) Calculado de acordo com o n.º 1 e n.º 3 do artigo 140 do DL n.º 13-A/2025 de 10 março.

Constata-se que no final do terceiro trimestre de 2025, face ao PAO 2025 aprovado, a orientação da Entidade é de cumprimento legal deste indicador (redução de 12,2 p.p face ao previsto).

4.2 Evolução dos Gastos operacionais corrigido do IPC s/Habitação

Em MEur					
Descrição	3º trimestre de 2025 (Acumulado)		3º T Real 2024	Desvios (Real 3T 2025- Real 3T 2024)	Desvios (Real - PAO 2025)
	Real	PAO 2025			
Gastos operacionais para efeitos de GO/VN	44 831	54 249	44 092	739	(9 418)
Ajustamentos	(797)	(1 111)	(356)	(441)	314
Total dos gastos operacionais para efeitos de IPC s/habitação (b)	44 034	53 138	43 736	298	(9 104)
Taxa de crescimento do IPC sem habitação	2,28%		-	-	-
Total dos gastos operacionais corrigidos pelo IPC s/habitação	43 030	53 138	43 736	(706)	(10 108)
Total do volume de negócios	75 180	75 031	49 224	25 956	149
Variação % dos gastos operacionais				-1,6%	-19,0%
Variação % do volume de negócios				52,7%	0,2%

(b) Calculado de acordo com o n.º 4 e 5 do artigo 140 do DL n.º 13-A/2025 de 10 de março (Gastos operacionais a preços constantes de 2024).

Constata-se que no final do terceiro trimestre de 2025, existe uma orientação de cumprimento legal deste indicador, face ao orçamento e face ao período homologado.

4.3 Endividamento

Variação do endividamento	Valores reais (M€)		Variação %
	3º T 2025	31/12/2024	
Financiamentos obtidos no balanço (inclui: Cust. amortizado+juros e comiss. acrescidos)	148 460	158 524	
Retirar a parte juros e comissões (#27221210 e #27221211)	(546)	(341)	
Financiamento Remunerado sem juros/comissões	147 914	158 183	-6,5%
Capital Social	113 528	113 528	
Novos Investimentos no ano 2025 (Considerados no PAO 2025)	0	0	
Variação real do Endividamento (*)	-3,8%		

(*) De acordo com o artigo 53º do LOE o endividamento fica limitado a um crescimento de 2%

Constata-se que no final do terceiro trimestre de 2025, existe uma orientação de cumprimento legal deste indicador, face a 31 de dezembro de 2024, pois a variação relativa no endividamento é negativa (-3,8%).

4.4 Número de colaboradores e respetivos gastos

Descrição	3ºT 2025	Objetivo aprovado no PAO 2025 (anual)	Variações
Pessoal (em número)	437	463	(26)
Orgãos Sociais (em número)	10	10	0
Totais	447	473	(26)

Descrição	3º trimestre de 2025 (Acumulado)		Desvio percentual
	Real	PAO 2025	
Gastos com pessoal da DR (Em MEur.)	12 124	14 280	-15,1%

Constata-se que no final do terceiro trimestre de 2025, e quanto ao número de colaboradores, existe uma orientação de cumprimento legal deste indicador, face ao número anual de colaboradores, estabelecido e aprovado no PAO 2025. Acresce que, os gastos com pessoal (em montante) são inferiores ao previsto em cerca de 15,1%.

4.5 Prazo médio de pagamentos

Prazo médio de pagamentos			
Descrição (em dias)	3º trimestre de 2025 (Acumulado)		Variação
	Real	PAO 2025	
Prazo médio de pagamentos, de acordo RCM n.º34/2008 e do Deespacho 9870/2009 - Média móvel a 12 meses (terá que ser inferior a 30 dias)	29	30	(1)

Constata-se que no final do terceiro trimestre de 2025, existe uma orientação de cumprimento legal deste indicador (inferior a 30 dias), além de que, é inferior ao PAO 2025.

5 CONCLUSÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2025

5.1 Após a nossa revisão às análises apresentadas pelo Conselho de Administração / Comissão Executiva, aos desvios identificados entre os montantes executados e previstos do terceiro trimestre de 2025, nada de significativo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, a informação financeira da AdTA, referente ao terceiro trimestre de 2025, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com a execução orçamental que lhe serve de suporte naquela data.

5.2 Sem afetar as nossas conclusões referidas no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

- a) O PAO 2025 foi elaborado tendo em atenção à atualização do investimento, recorrendo às melhores estimativas na data da sua elaboração, o qual difere do montante considerado no EVEF em vigor (note-se que à data deste relatório, ainda está em curso a aprovação do novo EVEF). Pese embora este facto, a estimativa da vida útil dos ativos intangíveis e o seu critério de amortização, seguem as orientações do EVEF em vigor.
- b) O PAO 2025 e a respetiva execução, encontram-se condicionados, pelos recursos judiciais interpostos pela AdTA junto da ERSAR, pois ainda não existe um desfecho final e conclusivo sobre a apreciação dos desvios tarifários de 2021 e 2022, razão pela qual, os desfechos destas matérias não se encontram repercutidos na execução e nas projeções do REO 3T 25.
- c) Considerando a parte final da nota 2.2 acima, informamos que os procedimentos executados pelo Revisor Oficial de Contas, relativos à análise do REO 3T 25, não constituíram um trabalho de auditoria ou de garantia de fiabilidade, pelo que, consequentemente, não foi expressa uma opinião ou conclusão de garantia de fiabilidade sobre os montantes executados à data de 30 de setembro de 2025.

Lisboa, 23 de dezembro de 2025

Assinado por: **Armando José de Sousa Resende**

Num. de Identificação: 07680078

Data: 2025.12.23 10:53:41+00'00'

Armando José de Sousa Resende

(Presidente)

Assinado por: **Catarina Alexandra Carvalho Fins**

Num. de Identificação: 11888452

Data: 2025.12.23 08:54:38+00'00'

Catarina Alexandra Carvalho Fins

(Vogal)

Assinado por: **Vanda Cristina Dias Marques Valadares**

Num. de Identificação: 11062022

Data: 2025.12.23 08:25:41+00'00'

Vanda Cristina Dias Marques

Valadares

(Vogal)